A TEIA DOS SENTIDOS: O DISCURSO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATUAL CONDIÇÃO DA INFORMAÇÃO¹

Lídia Silva de Freitas²

RESUMO:

O trabalho expõe as estratégias discursivas de construção de evidências dos enunciados que predominantemente povoam o discurso da Ciência da Informação no Brasil sobre a atual condição da informação, analisando seus efeitos e funcionamentos. Tais estratégias, detectadas via análise do discurso de linha francesa, aqui estão individualizadas, porém são reinseridas pela interpretação na rede/teia de sentidos que vem, a partir de meados da década de 80, fornecendo o quadro sócio-histórico das práticas de informação no discurso da Ciência da Informação. Conclui-se que estas estratégias discursivas, que hoje também atuam nos discursos de outras áreas do conhecimento, fogem dos rituais científicos (ainda) vigentes, aproximando-se dos funcionamentos do discurso neoliberal dos meios de comunicação de massa e governamental, privatizando os sentidos dos processos de legitimação dos saberes, forjando e reforçando novas formas de assujeitamento ideológico.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação – Discurso
Informação na Contemporaneidade
Análise do Discurso

*De onde sabemos o que achamos que sabemos?
Como acreditamos nas coisas?*

(Texto de abertura do filme *Corra Lola, corra.*
– *Lola Rennt* – de Tom Tykwer. Alemanha, 1998.)

1 Introdução

Neste trabalho apresentamos resumo de parte dos resultados de nossa pesquisa de tese. Nela buscávamos a rede de sentidos que vem dominando no discurso da Ciência da Informação (daqui em diante CI) nos enunciados que traçam os atuais contextos sociais, culturais, econômicos e políticos das práticas de informação, influenciando ou mesmo condicionando as iniciativas nas quais serão investidos esforços teóricos e intervenções concretas.

Analisando os trajetos temáticos e as configurações discursivas da área de informação (Biblioteconomia + CI + Arquivologia) no Brasil e no mundo da década de 70 à 2001, encontramos a ascensão da discursividade³ econômico-gerencial privatizante e o correspondente descenso da discursividade do público e do cultural – a *privatização dos*

¹ Baseado em resultados da pesquisa de tese de Doutorado em Ciência da Informação, intitulada **Na teia dos sentidos**: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. São Paulo, ECA-USP, 2001. Orientadoras: Maria Helena Pires Martins (USP) e Tânia C. Clemente de Souza (UFF). Pesquisa realizada com bolsa PICD-CAPES.

² Doutora em Ciência da Informação, Prof. Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: lidia.freitas@terra.com.br

³ A discursividade de uma formação discursiva (conceito na nota a seguir) refere-se ao seu funcionamento, com suas estratégias de formação do efeito de evidência. Ou, discursividade é como os sentidos trabalham no texto. (cf. ORLANDI, 1996, p. 29)

sentidos – fazendo-se acompanhar da emergência de nova discursividade histórico-sociológica – o discurso dos *novos tempos: pós-industrialismo, era ou sociedade da informação ou do conhecimento*.

Se na CI o compromisso com esta discursividade é antigo e de certa forma, constitutivo (FREITAS, 2002), vemos este mesmo funcionamento avançando nos anos 90 em outras áreas científicas, como a Sociologia, Economia, Antropologia etc. Na área de informação, este movimento discursivo, que se inicia ainda nos anos 70, toma fôlego em meados dos anos 80 e consolida-se nos anos 90, introduz as análises e descrições que dão por encerrado o industrialismo como gerador de valor e de representações imaginárias.

Entre as formações discursivas⁴ que alternadamente dominaram em nosso discurso-objeto até o final dos anos 80 encontramos e nomeamos a *Progressista Humanista* (com sentido de progresso contínuo de uma *humanidade genérica*, com as marcas do discurso evolucionista e cientificista); a *Desenvolvimentista* (de sentidos aparentados com a formação anterior, mas ligados a propostas de intervenções políticas – planejamento – baseadas em análises de processos econômicos internos e internacionais); a *Reformista* (com sentidos ligados a preocupações sociais e políticas de democratização e socialização dos processos informacionais e educacionais, além de soluções sociopolíticas via iniciativas culturais); e a *Culturalista Erudita* (sentidos estabelecidos via discursos mais elitistas que na formação anterior, salvacionismo cultural de viés autoritário, como analisado em Freire, 1989 e em Perroti, 1990).

A atual dominância da formação discursiva dos *novos tempos* indica a eficácia dessa discursividade na instauração de novas representações da contemporaneidade, envolvendo *novas tarefas*, constituindo uma nova realidade, com outras memórias. Tal eficácia se exerce na construção do efeito de evidência. As estratégias desta construção e sua teia de sentidos é o que expomos neste texto.

Inicialmente, tratemos de algumas questões metodológicas.

2 Nosso corpus de análise

A escola francesa de Análise do Discurso, diferentemente de outras metodologias, assume que a construção de um *corpus* analítico já é análise. Sua montagem pode ser descrita como *seguir a trama discursiva que tem estabelecido sentidos para o tema em análise*. (cf.

⁴ A formação discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado em uma conjuntura dada. *Uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é*

ORLANDI, 1990) Por isso, ele é reconfigurado em espiral através de sucessivas interpretações do campo em foco, pois, com Foucault, a Análise do Discurso reconhece a heterogeneidade e dispersão dos enunciados das formações discursivas. O *corpus* de análise corresponderá, então, ao mapeamento de seus lugares de produção – sua arqueologia – e sua filiação de sentidos a sentidos anteriores, que demonstra suas relações com o poder – sua genealogia. Por isso, o próprio processo analítico indicou a parte da teia de sentidos com a qual podemos trabalhar.

Alguns caminhos foram mais evidentes, já que se ligam à forma de institucionalização da nossa *sociedade de discurso*, setor da comunidade científica. As formas de apropriação social dos enunciados na ciência – conservando-os, produzindo-os, fazendo-os circular e distribuindo-os segundo determinadas regras (cf. FOUCAULT, 1996, p. 41-43) – são conhecidas. Quando dizemos *discursos da CI*, nos referimos aos sentidos circulantes nesta área em suas instâncias de produção/disseminação textual. Como em qualquer área institucionalizada do saber científico, estas instâncias são os centros de ensino e/ou pesquisa com sua produção, os periódicos a ela devotados e os encontros técnico-científicos.

Partes da rede de co-textos⁵ da CI foram muito facilmente mapeadas e acessadas: as listas de discussão ou “murais eletrônicos” da área na Internet.⁶ Estas fontes – arquivos –, ao veicular tanto temáticas teórico-profissionais mais estritamente ligadas à área quanto temáticas que seus participantes consideram relevantes para seus pares, terminam por constituir importante teia textual, da qual extraímos muitas relações de sentidos. Também trabalhamos com textos não acadêmicos, quando nossa teia, indicando suas filiações, tocava sentidos ou partilhava estratégias discursivas com textos dos meios de comunicação de massa, governamentais ou outros.

Resta-nos indicar o lugar de leitura/enunciação do analista de discurso. Já que este não crê em *uma* interpretação de *um sentido verdadeiro*, jamais pode afirmar que a sua é a leitura. Do ponto de vista epistemológico e ético é importante que se enfatize que existirão sempre várias análises possíveis. Esta é uma delas, realizada a partir do materialismo histórico, que

exterior, logo, por aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina. (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 177) Porém, está sempre em movimento.

⁵ Textos que se relacionam pela rede de sentidos, independentemente de sua tipologia, constituindo a heterogeneidade das formações discursivas apontada por Foucault. (cf. FOUCAULT, 1996)

⁶ Como a lista da ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação) – que congrega grande parte dos pesquisadores da CI –, a agitada lista dos estudantes de graduação em Biblioteconomia no Brasil, *Bibamigos*, e o “mural” na Internet, *Infocafê*, formada no âmbito do Neinfo (Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Informação), da UFF, mas lida e alimentada por profissionais e pesquisadores da área de informação de várias instituições.

consideramos o **outro discursivo** do discurso em pauta.

3 Os fios da teia

O que se encontra no processo de análise são as marcas da exterioridade do texto, onde estão a memória e o imaginário. Estas marcas indicam os gestos de interpretação ali inscritos, que apontam para a posição do sujeito enunciador na ideologia, seu lugar de enunciação. Indicam também as formações discursivas disponíveis socialmente, as evitadas ou em suspenso, mas passíveis de aflorar, assim como as silenciadas, os sentidos excluídos.

As regularidades das estratégias dispersas em variados textos nos aponta seus jogos de relações na constituição do acontecimento no discurso. Sobre esta busca, assim nos fala Foucault:

Uma formação discursiva será individualizada se se pode definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenvolvem; em outros termos, se se pode mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade às vezes extrema e sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relação. (FOUCAULT, 1987, p. 164)

Colocamos em evidência as estratégias que efetivam discursivamente o advento de um *novo mundo/novo tempo*.

Neste trabalho são apresentadas algumas destas estratégias, seus efeitos e funcionamentos, as relações com sentidos anteriores e entre si. A análise do discurso dos recortes do nosso *corpus* não é aqui descrita.⁷ Exemplos textuais apenas serão apresentados quando necessário para a compreensão do uso da estratégia discursiva em foco. Não nomeamos seus autores pois o que aqui nos interessa são as estratégias de construção de evidências na discursividade dominante da CI, e não analisar o discurso deste ou daquele autor. Além disso, os recortes realizados representam textualidades recorrentes neste discurso. Indicamos a fonte e a condição acadêmica dos autores para apontar a situação histórica e institucional de enunciação. Com isso referendamos as concepções da análise do discurso tanto de que a posição de enunciação é lugar que pode ser assumido por diferentes sujeitos – já que o autor *formula no interior do formulável* (ORLANDI, 1996, p.69) – quanto de que a posição-autor, com sua responsabilidade pelo dizer, é fato histórico-discursivo que aqui não nos cabe exercer, mas compreender.

Subdividimos nossa apresentação por algumas das estratégias discursivas que detectamos e nomeamos. Porém, como todas são fortemente interligadas – constituindo a mesma rede de sentidos –, buscaremos amarrar estes fios no decorrer da exposição.

⁷ Ela está na íntegra em FREITAS, 2001.

3.1 o evolucionismo-iluminista

Uma das estratégias discursivas presentes no discurso da CI sobre a contemporaneidade é a que reproduz os efeitos e funcionamentos do discurso evolucionista, lançando os *novos tempos*, a *sociedade da informação* ou a *globalização* como o mais alto patamar da humanidade. **No atual estágio da sociedade [...]; o estágio de sociedade de informação foi alcançado quando⁸ [...]** são formas muito encontradas nesses enunciados.

Um dos principais operadores de memória do discurso evolucionista é a imagem carregada da escada, com seus patamares ou estágios – nos quais as sociedades permanecem durante algum tempo, mas que também será superado por outro, acima. A referência à “sociedade” de forma genérica, sem especificar a que sociedade se refere, é expressão comum deste discurso. As diferenças entre sociedades são assim reduzidas a momentos variados de *continuum* histórico linear conhecido. O apagamento⁹ dos processos sociais na história promovido pela discursividade dos *Novos Tempos*, renova o já tradicional¹⁰ mito fundador da cultura ocidental. Esta, ao reconhecer, após séculos de colonialismos e lutas, a plena humanidade das diferentes sociedades, compensa este reconhecimento recuperando sua própria centralidade – etnocentrismo – via evolução.

O tradicional critério tecnológico para os “degraus” estabelecidos pelo evolucionismo (“pedra lascada”, “polida”, “fundição de metais” etc.) – com todo seu fascínio como encarnação de racionalidade (cf. SANTOS, 1981, págs. 23, 39-40) é referendado pelo discurso dos *novos tempos*. Nesta concepção apaga-se o cultural e recobre-se o político e é obrigação e mesmo um dever projetar cenários e práticas para o futuro, numa eterna teleologia do porvir.

Ao tomarmos os termos “estágio” ou “primitivo” como importantes operadores discursivos nesses textos, nos remetemos a uma memória discursiva que denuncia laços de filiação à visão que adjetiva sociedades, já que tais operadores pertencem à memória discursiva¹¹ comum tanto aos países centrais quanto aos periféricos. Da mesma forma atuam as marcas “já” e “ainda não” comuns na discursividade dos *novos tempos*.

⁸ A mudança da fonte tipográfica indica a reprodução de recortes discursivos analisados.

⁹ Estratégia pela qual o enunciador, via manobras discursivas niveladoras, homogeneizadoras, monofonizantes, procura anular desníveis, deslocamentos, vazios, esquecimentos, que podem provocar o efeito de inconsistência do discurso. (cf. COURTINE, 1982)

¹⁰ A concepção progressista e teleológica da história data do início do século XVIII.

O revigoramento da discursividade evolucionista em espaço discursivo no qual vinha há décadas sofrendo revezes em duros embates políticos – o científico-acadêmico – mostra uma importante faceta do avanço entre a intelectualidade e no âmbito científico do que vem sendo denominado como *pensamento único*. O evolucionismo torna-se o centro articulador da teia de sentidos que vislumbramos. Vejamos como a próxima estratégia de formulação de evidência é tecida neste mesmo fio.

3.2 a inevitabilidade e a irreversibilidade

Tendo a noção de *sociedade da informação* um funcionamento discursivo que nomeia um patamar ou estágio da humanidade em sua evolução, o sentido da inevitabilidade está já estabelecido na memória discursiva. Assim como a humanidade, todos os países passarão por todos os estágios evolutivos. A sociedade da informação é função do avanço das tecnologias de comunicação/informação, novo recorte tecnológico que simboliza o *patamar* atual.

Este funcionamento se relaciona muito de perto com o anterior, se pensamos num *continuum* histórico linear no qual, cedo ou tarde, com maiores ou menores sofrimentos ou tergiversações, todas as sociedades vivenciarão o patamar superior. Da mesma forma, todas as sociedades que não percorrem esse trajeto estarão estagnadas ou tentando um impossível retorno ao passado. A rejeição dos discursos de outras alternativas sociais, políticas ou econômicas ilumina o único caminho possível. Só se sai da situação atual para trás ou para a frente. A impotência diante de tamanha força histórica não fala da impotência nem da força, mas da fatalidade de um processo natural, que se torna então desejável. Silenciados ficam, assim, os enfrentamentos políticos, econômicos e culturais, envolvidos no processo de expansão mundial do capitalismo em suas variadas faces.

A dupla inevitabilidade/irreversibilidade passam a ser sentidos complementares nessa discursividade, forjando os sentidos do funcionamento exposto a seguir.

3.3 a arcaização do outro discursivo

A reivindicação do caráter revolucionário dos *novos tempos* e de seu discurso é correspondente ao epíteto de retrógrado lançado ao seu outro discursivo. Este funcionamento relaciona-se com os anteriores ao basear-se igualmente na concepção linear da história, na qual a diferença é lançada ao passado. Da mesma forma que é utilizada a expressão *jurássicos* como desqualificativos para argumentações sobre competências ou obrigações do Estado na

¹¹ Memória discursiva ou interdiscurso é o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos. Isto implica que *para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que já tenham sentido*.

vida do país. (DANTAS, 1996, p. 13)

Este homem arcaico é, nos textos e co-textos da CI, freqüentemente apontado como “prisioneiro das sombras da ideologia”, ao qual opõe-se o homem contemporâneo, mais “bem informado”. O mesmo funcionamento é encontrado nos meios de comunicação de massa, em *box* de primeira página:

Fidel mantém a Guerra Fria. A Guerra Fria já terminou há mais de uma década, o embate ideológico que dividia o mundo deu lugar à lógica fria dos mercados globais, mas Cuba, um dos últimos países comunistas, ainda teme uma invasão de seu inimigo histórico, os Estados Unidos. (JB, 16.04.2001, p.1. Grifo nosso)

O próximo funcionamento discursivo emerge como contraponto – contrapartida – desse novo homem sem paixões, maquinizado.

3.4 o animismo imperativo ou o reforço do discurso tecnocrático

A sociedade da informação elege [...]. / O momento atual exige [...]. / A globalização ameaça [...] e sinaliza [...]. / A tecnologia impõe um ritmo nunca visto na história do homem.

A animização recorrente, por sinal imperativa, de determinados aspectos – já representações imaginárias – da contemporaneidade como instauradores de novas relações sociais, culturais e políticas, efetiva o ocultamento dos reais agentes históricos que os promovem. Através da personificação da tecnologia, da globalização, da sociedade da informação etc., constrói-se metaforicamente outros agentes. Noções econômicas, projetos tecnocráticos e objetos tecnológicos – substantivos inanimados – são promovidos a agentes, categóricos em suas exigências. Sujeito na sintaxe, sujeito na história. Por não envolver agentes sociais qualificados, as características descritas dos *novos tempos* não podem ser enfrentadas senão pela forma da adequação.

Frohmann (1995), analisando os efeitos discursivos da personificação da tecnologia, nota que o agenciamento de artefatos tecnológicos de determinada conformação, e não de outra, termina por ser entendido não como agenciamento, mas como determinações da própria tecnologia. As decisões políticas que subjazem às escolhas tecnológicas são discursivamente apagadas, delegadas às próprias tecnologias.

A direção da economia pela tecnologia, e não por paixões ideológico-políticas dá conta de variados processos humanos e sociais, ressaltado o potencial democrático para a sociedade, sem as ideologias e seus enganos.

O funcionamento discursivo da animização aqui aparece em uma de suas importantes

facetas. Se antes a dominação era da ordem das ideologias – prática entre homens – hoje a dominação, despida de sua “grande máscara”, deslocado o homem como seu agente, é exercida pelos objetos, artefatos tecnológicos. Os homens não se rendem mais às “idéias” alheias, mas a “mecanismos” de máquinas ou mercados.

O mesmo apagamento encontramos em textos sobre a economia no *novo mundo*:

As novas tecnologias eletrônicas estão impulsionando uma transformação da geração de valor, da baseada em trabalho físico para a baseada na geração de conhecimento. Isto está criando uma economia crescentemente fundamentada na inovação, mas isso significa que a obsolescência está sendo cada vez mais rápida. (KENNEY, 1996)

Uma importante base para a diminuição do ciclo de circulação capitalista é a cultura da inovação e da moda, que nesta discursividade é naturalizada via subjetivação da *coisa* tecnológica: as novas tecnologias impulsionam. Como um motocontínuo auto-motivado:

Da rapidez na geração e difusão de inovações, decorrem a drástica diminuição da vida útil dos produtos e a necessidade de modernização contínua da produção e da comercialização de bens e serviços. (MCT, **O Programa Sociedade da Informação no Brasil**: o livro verde. 2000, p. 6).

O mesmo funcionamento emerge nas primeiras páginas dos jornais diários:

[Manchete:] **Globalização faz Petrobras mudar nome. [...]** [matéria:] **A troca –uma heresia para a geração o-petróleo-é-nosso – custará [...]. Deixando os aspectos emocionais de lado, a estatal é pródiga em justificativas para a mudança de nome.** (Manchete de primeira página do **Jornal do Brasil** e artigo na pág. 13, 27.12.00)

Aqui, como nos demais recortes textuais, a animização ou personificação da **globalização** oculta os agentes sociais da ação histórica, em primeira página. O uso do termo **heresia** se liga aos **aspectos emocionais** de algum “fundamentalismo”, que devem **ser deixados de lado**. À **geração** que ainda lida com **aspectos emocionais** – ideológicos –, o artigo contrapõe as **justificativas** – objetivas – da estatal. A ideologia é lançada, juntamente com uma **geração**, para o fundo do passado. A **globalização** não permite que **aspectos emocionais** sejam envolvidos em questões de mercado. A desterritorialização envolvida na concepção de globalização, assume o sentido da despatriotização: o Brasil não existe no bojo do global. *Petrobras* carrega a memória discursiva “o petróleo é nosso”. Petrobrax é pátria nenhuma. Esse deslizamento de sentido resulta no apagamento da identidade territorial e no reforço da identidade global. Não se trata de uma rendição ao “imperialismo”, mas à “globalização”, cujos funcionamentos discursivos serão abordados posteriormente.

A fatalização dos maquinismos tecnológico-gerenciais envolve novas formas de legitimação, outro fio da teia...

3.5 a nova legitimidade

[;...] informação como recurso estratégico [;...] orientados à produção de informação e serviços de valor agregado[;...] profissionais de informação incorporam ações de inteligência competitiva [;...] tornar o centro de informação universitário em cadeia produtiva principal. (Prof. Doutor da Cátedra de Informação da Universidad de Camagüey-Cuba. La Universidad del siglo XXI como modelo de la industria de la información y el conocimiento. 1998. Referência veiculada pela Lista de Discussão da ANCIB)

A discursividade econômico-gerencial vem ampliando espaços de legitimação de discursos acadêmicos. A legitimação vem saindo do campo semântico da ciência e se transferindo para o campo semântico econômico-gerencial.

Estará em curso uma inversão da tendência apontada por Foucault (1996), na qual todos os saberes, em seu processo de legitimação como verdade, necessitavam dizer-se ciência? Foucault mostrou como em nossa sociedade a *vontade de verdade*, com seu denso apoio institucional – que valoriza, distribui, reparte e atribui o saber *verdadeiro* – exerce uma espécie de pressão e coerção sobre as outras formas de saber. Mesmo o saber econômico.

A eficácia econômico-gerencial indicando outras eficácias. As atuais fontes de poder, de políticas do fazer, por que não fontes também de idéias? É mais eficaz porque pensa melhor e/ou pensa melhor porque é mais eficaz? O “cientismo”, grande esperança do ocidente do século XIX até meados do século seguinte, parece perder terreno para o novo pólo racionalizador – e por isso *promotor de bem estar* – o mercado.

Se a legitimidade pela afirmação da cientificidade refletia a *vontade de verdade* foucaultiana, a legitimidade pelo saber econômico-gerencial o que reflete? Talvez ainda a vontade de verdade, já que o enfraquecimento do outro discursivo do pragmatismo-empiricista permite a este dizer-se ciência, via incursões em uma realidade (discurso) que assume a condição de *total*, sem exterior, natural, inelutável, fatal. Totalitarismo? Totalidade mítica? Totalidade articulada, sistêmica.

3.6 o reforço do sistêmico

Detectamos na discursividade analisada, forte reforço do “sistema”, hierarquizado ou não (rede¹²), cujos usos correntes ressaltam sua operacionalidade para a abordagem da gestão: organização, planejamento, controle e avaliação. Concepções que, se há muito desfrutam de reconhecida importância no tipo de racionalidade capitalista, em tempos de nova divisão

¹² Na área de informação tem surgido com muita força a utilização do termo *rede* em lugar e como substituição ao termo *sistema*. Além de não conhecermos argumentos que nos motivem a estabelecer uma verdadeira contraposição dicotômica entre as duas noções, constatamos que seus funcionamentos discursivos grande parte das vezes se equivalem.

internacional do trabalho e expansão capitalista mundial – no enfraquecimento de seu *outro* –, alargam seus categóricos espaços discursivos.

A concepção de sistema, como racionalidade na ação utilizada principalmente para compreender e explicar o que ocorre nas grandes organizações, entrou com grande força na discursividade e nas práticas da área de informação a partir de meados da década de 70.

A “vontade de ação”, ligada à elaboração de modelos que terminam por substituir a análise pela descrição, engendrou um forte entusiasmo pela Teoria Geral dos Sistemas (TGS) por parte de intelectuais, existindo até hoje uma quase ausência de crítica ao sistemismo. Para Santos (1981), a discursividade sistêmica criou uma uniformização de linguagem que aparenta objetividade. Mas chama a atenção que essa racionalidade modelizadora está *sempre do lado do poder, da ordem, do senhor, do Um*. (SANTOS, 1981, p. 223) O *sistema* funciona como uma grande e abarcadora metáfora do mundo, *ordem imaginária*, antítese do caos e da desordem, como constata Jardim (1995) ao analisar as concepções sobre projetado Sistema Nacional de Arquivos.

Ribeiro (1992), ao recolher depoimentos entre integrantes da área de informação, constata que neles predominam as caracterizações formais da TGS: interdisciplinaridade, totalidade, unidade e multiplicidade, equilíbrio/homeostase, dinâmica, complexidade, integração, coesão, interdependência, racionalidade, síntese. Reconheceu também nos mesmos depoimentos os elementos indicados como externos ao sistema: caos, imprevisto e conflito. (cf. RIBEIRO, 1992, p. 160 e segs.)

A discursividade do global envolve a discursividade do sistema, apesar de todas as tentativas “flexibilizantes” do sistemismo empreendida pelos filósofos da pós-modernidade. Mesmo com a agregação de outros elementos – como holismo, conflito, incompletude e relações não hierárquicas entre seus componentes –, a concepção de sistema não se modifica como efeitos e funcionamentos na discursividade dominante da área de informação. Novos ‘fatos’, legitimações e sentidos.

3.7 a pirataria semântica¹³

Aliada à nova forma de legitimação, há o redirecionamento de sentidos de termos e expressões, também na direção da privatização: o valor positivo conferido aos sentidos do campo semântico privado e o apagamento dos sentidos que se ligam tradicionalmente ao

¹³ Expressão cunhada por Francisco de Oliveira, abordando o discurso neoliberal. Citado por palestrante no Seminário do Programa de Ensino e Pesquisa em Reforma do Estado - CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, BNDES, ago. 1999.

campo semântico do público, que predominava nas formações discursivas que anteriormente forneciam os sentidos para os discursos da CI.

A resignificação de **conhecimento** é um dos mais emblemáticos do discurso dos *novos tempos*. Comumente, a informação passa a assumir o sentido de “conhecimento”, que por sua vez passa a substituir o capital como central na economia. Apaga-se o capital e, novamente, o capitalismo. Mas o conhecimento de que trata não é o conhecimento acadêmico, científico ou humanista dos discursos humanista ou culturalista erudito etc., mas o conhecimento *recurso de competitividade* em um mercado. Mercado capitalista, com a roupagem da gestão tecnológica, neutralizada dos poderes e interesses político-econômicos.

O **conhecimento** que deve e pode ser **gerido** não é o sentido antes dominante de conhecimento. As concepções de conhecimento nas discursividades mais frequentes na área de informação não contemplavam o sentido que aflora neste discurso: o que baseia **negócios**. Ainda que na origem histórica da CI, a definição de seu âmbito de atuação fosse a informação científica e a tecnológica, o sentido de informação tecnológica para empresas e negócios não se revestia da noção de *conhecimento*, nem os cientistas da informação neste nível pretendiam atuar.¹⁴

O que está sendo apagado do conhecimento daquelas discursividades? Permanece o forte apagamento do conhecimento dos setores populares, que já ocorria nas Formações Discursivas anteriormente dominantes, já citadas. A esse grande apagamento de fundo, soma-se agora o das discursividades do conhecimento crítico ou mesmo o erudito que não se refira ao operacional. O discurso da educação na sociedade da informação vem limitando seus conteúdos à capacitação tecnológica e a conhecimentos profissionais específicos. Bom exemplo disso são os conteúdos propostos no Livro Verde e no projeto europeu da sociedade da informação quando tratam do *novo papel da educação*. Assim como os conteúdos culturais neles abordados, os argumentos também centram-se no econômico.

O uso do termo *conhecimento* na nova discursividade lhe confere um grande potencial de adesão. Quem será contra um modelo de sociedade onde a *informação* e o *conhecimento* assumem papel central? Nesse sentido, o efeito metafórico re-instaura a ilusão do “mesmo”. (cf. MARIANI, 1998) Porém, essa transformação no sentido, se hoje aponta para uma multiplicidade, pode se estabilizar historicamente, resignificando-o na memória discursiva. (ORLANDI, 1998c)

¹⁴ A transmutação da *informação* em *conhecimento*, com todos os riscos teóricos e práticos que isso implica, vem envolvendo a área de informação no debate pedagógico que o discurso dos *novos tempos* vem suscitando.

Outra ressignificação: a discursividade da **democracia** no âmbito da discursividade dos novos tempos vem se pautando em um dos sentidos de democracia mais encontrado na área de informação: democracia é acesso. O usuário-produtor de informação apenas é considerado no âmbito da informação científica e tecnológica, excluindo de suas preocupações os demais usuários reais ou potenciais de unidades/serviços de informação, para os quais resta o sentido de democracia em sua mão única: informação outorgada. Mas outros sentidos se agregam à democracia: o de inter-conectividade e interação, especialmente quando se trata da Internet.

Em função dessas concepções, o debate político sobre conteúdos, formas de controle, identidades culturais, e mesmo formatações tecnológicas, restringe-se à propaganda da disseminação universal de equipamentos (não dizendo do caráter industrial do “pós-industrialismo”) e ao combate ao “analfabetismo informático” (não dizendo da criação de condições culturais da disseminação de equipamentos e seus *software*, também industriais). O sentido de democracia – um dos mais *deslizáveis* que conhecemos – no discurso dos novos tempos freqüentemente se liga à “democracia de mercado”.

Também encontramos freqüentemente o *social* ou *demandas sociais* com o sentido de setor privado, em contraponto com o Estado entendido como depositário do público. Chauí (1999) também aponta este deslocamento, quando, ao analisar as propostas do governo para as universidades, afirma:

A “flexibilização” é o corolário da “autonomia”. Na linguagem do Ministério da Educação, “flexibilizar” significa: [...] (3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades regionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemática nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre “social” e “empresarial”). (CHAUÍ, 1999).

3.8 a autoria e o processo de mitificação

Quem anuncia ou anunciou a **tão anunciada Universidade do Novo Século?** Quem **chama a sociedade, a partir principalmente da Internet, de Sociedade da Informação?** Na discursividade dos novos tempos, mesmo em se tratando de textos de cunho acadêmico-científico, é incomum a referência à fonte autoral de algumas noções ali utilizadas como centrais.

Para Foucault (cf. 1996), a autoria como princípio – na ilusão – de unidade e origem das significações do discurso é a regra na literatura, na filosofia e na ciência. Isso nos alerta para o possível rompimento de nosso discurso-objeto com uma das mais importantes regras – forma ritualizada – de funcionamento do discurso científico. Onde localizamos a autoria de

noções como a de *globalização*? A autoridade acadêmica, requerida para a construção de novos enunciados (*comentários*), princípio limitador do acaso na divisão do saber científico em disciplinas, foi deslocada? O apagamento da autoria neste discurso torna-o verdadeiro e fundador, como característico no discurso mítico?

No mito, a não autoria individual, concede ao intérprete a autoria. A imemorialidade da autoria, no caso por nós analisado, se desloca de um “tempo distante” para uma dispersão da autoria. Que jogo de interpretação se materializa em discurso no acontecimento dos *novos tempos*, já que alguns de seus mais importantes pressupostos – como *globalização* e *sociedade da informação* –, não cumprem o ritual científico do *fato*? Mitologias fundadoras de um *novo tempo*. Ultimamente, vemos algumas tentativas de tratamento conceitual de noções que ganharam a adesão acadêmica, comumente de forma *ad hoc*, isoladas de uma real estruturação teórica, e *a posteriori* de seu uso¹⁵.

A própria polissemia encontrada para algumas das principais noções da discursividade que estudamos aponta para o funcionamento do discurso mítico:

A forma mítica de dizer, para nós, significa a constituição de um processo discursivo de mitificação que, por ser a sua autoria da ordem do coletivo, permite a fundação de novos sentidos. [...] Apaga-se a figura do autor no sentido de não se poder atribuir a alguém a fonte, a origem do gesto de interpretação. Mas – acrescento – é exatamente o apagamento de autor que constrói o lugar de uma autoria coletiva, que passa a ser inscrita na memória constitutiva do povo. A autoria coletiva é legitimada, assim, no âmbito da memória constitutiva. [...] Na autoria individual se encontra o científico, legitimação necessária à autoria dos textos produzidos. (SOUZA, 1998, p.164 e 168)

Souza também constata que essa forma de autoria permite ainda a atualização do mito no curso da história.

Na ausência de fontes autorais científicas que concedam legitimidade a afirmações e noções – tratadas como conceitos –, prolifera na discursividade dos *novos tempos* o recurso a fontes não acadêmicas e muitas vezes bastante comprometidas, frequentemente agentes engajados nos processos que dizem analisar. Também vem sendo concedido papel teórico a fontes como a OCDE, G-7 ou 8 etc. Parte considerável das idéias que vêm se firmando ou ainda causando ‘querelas descartáveis’ nos meios de comunicação de massa e entre a intelectualidade acadêmica, têm partido de funcionários ou “assessores” de departamentos de Estado das grandes potências. Como no caso de Fukuiama, com seu fim da história.

Mas, o que se globaliza?

¹⁵ Castells foi um dos autores mais bem sucedido, em termos de adesão, no empreendimento de buscar integrar noções que já anteriormente povoavam a discursividade dos *novos tempos*, construindo o que podemos chamar

3.9 a invenção do global

Diversos funcionamentos aqui analisados demonstraram os vários efeitos discursivos alcançados com a expressão globalização. O mais das vezes é utilizada pela CI “em geral”, sem adjetivação, encobrindo que os espaços econômicos e culturais e as características locais, regionais e de classes que se pretende “englobar” não são únicos nem uniformes.

Globalização, já operador de memória discursiva, é efeito de sentido. Jogo de interpretação que se materializa em discurso: acontecimento discursivo. Se as fronteiras nacionais se reforçam ao invés de caírem, o efeito de evidência da afirmação do esgotamento do território nacional como tema e fonte do imaginário – que vicejava quase sem oposição até recentemente – se constituiu via iniciativas denunciadas por autores como Mattelart (1987), em textos escritos já no início da década de 80. Mas não nos esqueçamos do forte protecionismo e planejamento estatal da potência líder desse processo, os EUA: heterodoxia em suas políticas, ortodoxia para a periferia.

Em texto em que analisa a argumentação no discurso, Orlandi (1998b) utiliza como exemplo a formação discursiva da globalização. Constata que nesse discurso a posição-sujeito se situa na ordem discursiva do capitalismo, da qual não se afasta por nenhum momento. Apagando-o, dizemos nós. Demonstra como esse discurso procede por amálgama, juntando vários aspectos da vida social sob o argumento principal econômico-empresarial. Aponta a aliança entre o discurso científico (neopositivista), o cognitivismo e o tecnológico, principalmente o baseado na informática, institucionalizando a *ideologia do global*, produzindo tecnologias e formas administrativas.

Escrevendo esta análise em 1998, Orlandi mostrava a razão para o discurso da globalização não ter interlocução, não ter um outro: pela globalização das próprias posições: *Abaixo a globalização!* não era dizível. A exclusão de sentidos silenciados pelo discurso neoliberal tornara essa formulação sem sentido. A ruptura não foi só no discurso político, mas *no* político. (ORLANDI, 1998c) Sentidos excluídos que dois anos depois começaram a explodir em outras formas, inclusive deslocando os sentidos de globalização, que deslizam do *estágio da evolução humana* – incontestável porque natural –, para *efeitos de políticas* concretas de organismos, governos e setores sociais, assumindo caráter contestável, tanto no plano da teoria quanto no plano na política. Assim, começa a escorregar do pensamento único para se constituir como adversário, no pensamento múltiplo. Acompanhado do ensaio da

de uma sociologia-do-contemporâneo-do-Occidente, fundamentando como tendências sociológicas as políticas

retomada política do discurso dos *direitos*, apagado pelo discurso dos *privilégios*.

Inevitável ou não, o *novo tempo* modifica paradigmas...

3.10 a explosão paradigmática e seus apagamentos

Agora vamos nos ater ao funcionamento que o termo *paradigma* vem assumindo no discurso dos *novos tempos*.

Mudar para mudar, heis a questão. Estamos vivendo, certamente, num mundo de profundas e céleres mudanças paradigmáticas nos campos científico, tecnológico, político e social. E, neste mutável mundo de hoje, em que tudo acontece com uma rapidez incrível, só resta mesmo uma saída, tanto para as organizações como para os indivíduos – ousar/mudar – considerando-se que na atualidade apenas uma certeza existe: a de que a mudança é a única coisa constante em nossos dias; logo, precisamos aprender a conviver com ela. [...] “Mudanças de paradigmas individual/organizacional” – parece ser este o primeiro nó a ser desatado. Afinal, mudança organizacional e mudança comportamental são complementares e nunca exclusivas. (Prof. Dr. de Biblioteconomia em Universidade Estadual. Mudar é preciso. Artigo publicado no periódico *Informação & Informação* de 1995. O grifo é título de item do artigo)

Neste recorte textual a discursividade do paradigma aparece com clareza: a mudança – em variados campos da vida social – se torna regra. **Mudanças de paradigmas**, na discursividade científica – via Kuhn, como veremos abaixo – se agregam aos sentidos de conquistas e revoluções no conhecimento. Mesmo diante da “incredulidade” nesta rapidez de mudanças – **rapidez incrível** – , a *saída* individual que **nos resta**, apesar de ser apresentada como **ousada**, é também pela via da adequação: **mudamos** também, **aprendendo a conviver** com a mudança constante. As aspas sem indicação de fonte, mostram uma intertextualidade que, desreferencializada, indica o interdiscurso.

Tomamos aqui a função discursiva desse tipo de uso da expressão *paradigma* pois reconhecemos na sua rápida ascensão e nas formas de seu uso marcas suficientes para incluí-la nas estratégias discursivas que detectamos na discursividade analisada. Essa expressão, se muitas vezes não aparece referida a alguma conceituação, nos textos em que vem conceituada e com referência à autoria, esta é de Thomas Khun (1978), de seu ensaio publicado em 1962, com posfácio de 1969.¹⁶

Para Kuhn, paradigmas científicos são *as realizações científicas universalmente*

neoliberais, especialmente em *A Era da Informação* (3 volumes, Paz e Terra, 1999).

¹⁶ Nem todo uso da expressão paradigma se liga a aspectos epistemológicos. Sua utilização no sentido de modelização é bastante comum na área de informação. Mas os usos que analisamos são tanto os assumidamente epistemológico quanto os que se fazem “auto-evidentes”, não explicitando sua filiação: já-antes-lá, inscrito na memória discursiva.

reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. (KUHN, 1978, p. 13) Nesta concepção as revoluções científicas desintegram as tradições às quais a atividade da ciência normal (fora de momento de revolução paradigmática) se liga. *As revoluções científicas obrigam a comunidade a rejeitar a teoria científica anteriormente aceita em favor de uma outra incompatível com aquela.* (p. 25) Ele chama a atenção para o fato de sua teoria tratar de *revoluções científicas apenas nas ciências amadurecidas* onde há um paradigma dominante. Seu ensaio aborda apenas as ciências da natureza. Expressa sua avaliação de que as ciências sociais *ainda não* adquiriram tal *status* paradigmático (p.35).

Se mesmo Kuhn não reconhece a validade da utilização da noção de paradigma para pensar a história das ciências sociais, por que sua crescente utilização pela área da informação? Além dessa questão básica e algo formal, pensemos nos funcionamentos de tal utilização.

Na área de ciências sociais não há exatamente uma “lógica da descoberta” e sim teorias – hipóteses – sobre a sociedade, com o traçado de diferentes articulações entre diferentes aspectos particulares do social. Como falar de “mudança de paradigma”? Se tomamos o caso do positivismo e do evolucionismo naquelas ciências, vemos que o “massacre” teórico-metodológico empreendido por seu *outro discursivo* jamais implicou o seu desaparecimento. As teorias sociais não se sobrepõem, nem se sobrepujam definitivamente, são discursividades sócio-políticas e assim funcionam. O que vemos nessa área são movimentos de fluxos e refluxos de escolas, linhas e teorias, muito ligados a momentos históricos da correlação de forças políticas na sociedade, e não mercê de alguma “descoberta” ou *imposição da emergência de novos objetos*, como é comum encontrarmos na discursividade dos *novos tempos* ao utilizar a concepção de paradigma.

Descartada a teoria paradigmática de Kuhn para pensar as ciências sociais, dentre as quais se insere, ou teria que se inserir a área de informação, que sentidos estão implicados na emergência discursiva do *paradigma* nesta área do conhecimento?

Vemos a discursividade do paradigma promovendo apagamentos concomitantes à promoção de promessas. Seu uso sem adjetivação envolve o efeito de apagamento generalizado de referências ligadas aos processos de compreensão e de práticas sociais. Atuação deliberada sobre a memória. Ao corte abrupto que a “conversão” paradigmática promoveria, substituímos a memória discursiva, que com este apagamento – *há novos fenômenos que as teorias existentes não dão conta, abandonemo-las, esqueçamo-las!* –

passaria a ser disponibilizada para novas inscrições. Céleres e categóricas.

4 Conclusão

Não apresentamos aqui outras estratégias discursivas detectadas que também se tecem nos sentidos que buscamos indicar neste texto: as marcas do que chamamos da **demarcação cronológica** do novo milênio ou novo século como símbolo dos novos tempos, transformando calendários – historicamente arbitrários – em agenda, com muitos projetos já inscritos; os funcionamentos do que batizamos de **jogo no tempo ou história do futuro**, que denunciam uma (con) fusão entre prospectiva social, programa governamental e constatações sobre o presente; os modos da transmutação discursiva das características do presente, além de inevitáveis, em desejáveis via a **utopização do presente**; os efeitos políticos da **produção da incompetência** gerada pela retomada ampliada dos enunciados da “explosão da informação”, indicando a premência da adequação permanente dos sujeitos às *novas exigências*; o funcionamento da **missionarização de objetivos**, envolvendo sua transcendentalização, apagando os processos sociais de priorização de ações e recobrando seus sujeitos históricos; a estratégia argumentativa de **produção do consenso** em busca do efeito de evidência tem freqüentemente se valido da monofonia das expressões *sem dúvida, como é do conhecimento de todos, há consenso*, sem esclarecimento de fontes de pesquisa empírica ou fontes autorais.

Com os funcionamentos e efeitos discursivos que detectamos, podemos explicitar o discurso dominante sobre a contemporaneidade na área de informação em suas articulações discursivo-ideológicas:

O atual **estágio da sociedade/humanidade, como sabemos**, pela radicalidade das **transformações que a atingem em todos os planos**, pode ser caracterizado, como tem sido por **vários autores**, como **Sociedade da Informação/Conhecimento**. Como **não há retorno** às antigas formas de produção, sociabilidade, Estado, educação etc., **qualquer resistência às atuais transformações é vã e perniciosa**. A **virada do milênio/século** demarca a consolidação do tempo em que **as novas tecnologias e a globalização impelem a humanidade e suas organizações a adaptarem-se às suas exigências**. O que, de resto, é **desejável**, já que esses **vetores de mudança** envolvem uma maior **racionalidade geral da vida**, além de **proporcionar a superação de variados problemas** impostos pelo industrialismo: da questão **democrática** aos **antigos embates ideológicos**. A realização dessas utopias do ser humano se dá, fundamentalmente, pela **atual/breve** equitativa distribuição de **informação/conhecimento para todos** e pela maior racionalidade geral proporcionada pelos **sistemas e redes** que ligam/ligarão em breve as pessoas e as **organizações globalmente**. Por isso, devemos – pessoas, organizações sociais ou empresariais – não apenas **nos adaptar** aos **ditames da nova era**, mas também temos por **missão promovê-la** e facilitar seu livre desenvolvimento em todas as instâncias. A maior **competitividade global**, filiada tanto à atual **democracia** de mercado (sem fronteiras e **desregulamentada**, livre de Estados-interventores), quanto ao **permanente e natural avanço tecnológico**, exige de todos nós a **constante re-qualificação profissional**, sob o risco de sermos excluídos de um mercado crescentemente exigente e com **relações de trabalho flexibilizadas**. Daí advém uma das características da

Sociedade do Conhecimento, que a batiza. A ciência, crescentemente direcionada ao **setor produtivo – vetor de racionalidade** – nele deve buscar seu apoio, **legitimação** e formas de **gestão**, sem os quais o conhecimento não pode ser considerado **socialmente relevante**. Para atuarmos com **vantagens** nestes novos tempos, impõe-se que **abandonemos velhos paradigmas** que não mais nos auxiliam, nem na compreensão dos **novos fenômenos**, nem nas práticas que a **nova realidade exige**.

Pensamos que as contradições encontradas no fio dessa discursividade remetem às próprias contradições da proposta neoliberal ao reeditar incumpríveis promessas burguesas (outro sentido silenciado, indizível). Mas, o que nos chama a atenção é o significativo abandono dos rituais da textualidade científico-acadêmica que, se de nenhum modo modificavam sua condição constitutiva de atravessamento histórico-ideológico dos sentidos de suas tramas, funcionavam – na ilusão – como rituais de controle e esperança de objetivação – descartada a objetividade de um acesso direto ao real.

Reiteramos que tal penetração de outras discursividades na prática científica não se restringe à área de informação. Outros importantes setores acadêmicos vêm seguindo esta trajetória, aparentemente renovando os compromissos operacionais que forjaram suas origens e que, em outros momentos históricos, não impediram – na contradição – que se construíssem verdadeiras teorias e pesquisas científicas.

Os funcionamentos e efeitos discursivos abordados também indicam redirecionamentos nas formas ideológicas do assujeitamento – constituir/submeter sujeitos sociais. Se o sujeito-jurídico burguês, livre em suas escolhas – na ilusão –, necessitava da disciplina em sua arregimentação pelo Estado, ao sujeito do novo milênio bastaria informar-se, enformar-se nos novos maquinismos. Se a forma-sujeito jurídico funda-se na crença do sujeito ser a fonte e origem de suas ações, determinado por sua vontade e livre em suas escolhas – apenas limitado pelos deveres –, o sujeito que esse discurso constrói é o sujeito que toma seu lugar no sistema/rede dos fluxos comunicacional-informativos no mercado. Neste quadro, os direitos, já discursivamente transformados em *privilégios*, são plenamente substituídos pelos deveres, não necessariamente investidos do jurídico – desregulamentação – já que embutem-se na própria função – missão – sistêmica/em rede do lugar assumido pelo sujeito.

Agradeço as sugestões sempre gentis e competentes de Jucenei Batista aos originais deste texto.

ABSTRACT

The article shows the discursive strategies of the construction of evidence of the enunciations which figure predominantly in Brazilian Information Science discourse about the present condition

of information, analyzing their effects and workings. Such strategies, detected by the Discourse Analysis of the French line, are individualized here; however, they are reinserted – by the interpretation – in the net/web of meanings which, from the middle of the 80's, have been providing the sócio-historical picture of the practices of information in the Information Science's discourse. It can be concluded that their discursive strategies, witch today works in other knowledge fields, differ from the scientific rituals (still) in effect, nearing themselves to the workings of the neoliberal discourse of the mass media and of the government, privatizing the meanings of the knowledge legitimization processes, forging and reinforcing new forms of ideological constitution and control of social subjects.

5 Referências Bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. *Folha de São Paulo*, Caderno *Mais!*, 09.05.1999.

COURTINE, Jean-Jacques. Définition d'orientations et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, v. 9, n. 2, p. 239-264, 1982.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos em um mundo de comunicações globais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio: Forense Universitária, 1987.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. In: _____. *A Importância do Ato de Ler*. São Paulo: Autores Associados / Cortez, 1989. p. 22-35.

FREITAS, Lídia Silva de. A memória polêmica da noção de Sociedade da Informação e sua relação com a área de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 12, n.2. Disponível em: <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/>.

_____. *Na teia dos sentidos: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação*. Tese de Doutorado, ECA-USP, jun. 2001.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science applying the actor network theory. Paper apresentado na 23rd Annual Conference of Canadian Association for Information Science. Edmonton, Alberta, jun. 1995. (print)

JARDIM, José Maria. *Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1995.

KENNEY, M. The Role of Information, knowlwdge and value in the late 20 th. century. *Futures*, v. 28, n.8, p. 695-708, 1996.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Debates; 115)

MARIANI, Bethania. Sujeito e sentidos: efeitos de linguagem. 11. Encontro da ANPOLL, Campinas, 1998. *Anais...*

MATTELART, Armand. A cultura no momento do transnacional. In: _____ *et al. Cultura contra democracia? o audiovisual na época transnacional*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.65-77.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde*. Brasília: MCT, 2000

ORLANDI, Eni P. (Anotações de aula durante o Mini-Curso *O discurso e o estatuto teórico da interpretação*, ministrado por Orlandi, em setembro de 1998, IACS-UFF) 1998(c).

_____. Discurso e Argumentação: um observatório do político. *Revista de Letras de Florianópolis*, Florianópolis. No prelo. cópia mimeo. 10 p. 1998(b)

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1997. (Repertórios)

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996. 150 p.

_____. Paráfrase e Polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *Rua*, Campinas, n. 4, p. 9-19, 1998(a).

_____. *Terra à Vista: discurso do confronto velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M., FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F., HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (Repertórios) p. 163-235.

PERROTTI, Edmir. *Confinamento Cultural, Infância e Leitura*. São Paulo: Summus, 1990.

RIBEIRO, Leila Beatriz. *A incorporação do conceito de sistema na Ciência da Informação: um exercício metodológico para seu entendimento*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. IBICT, 1992.

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Desregulagens: educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social*. São Paulo / Campinas: Brasiliense / Funcamp, 1981.

SOUZA, Tânia C. Clemente de. Gestos de leitura em línguas de oralidade. In: ORLANDI, Eni P. (org.) *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes, 1998. p.155-170.